



Nadir Figueiredo S.A.

CNPJ Nº 61.067.161/0001-97

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - (Em milhares de Reais)

ATIVO	Notas	2021	2020	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Notas	2021	2020
Circulante				Passivo Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	38.697	62.977	Fornecedores	16a	119.697	107.598
Títulos e valores mobiliários	6	303.176	279.292	Empréstimos e financiamentos	15	144.644	90.206
Contas a receber de clientes	7	245.218	235.888	Obrigações tributárias	17	30.549	26.836
Estoques	8	158.582	104.001	Imposto de renda e contribuição social	17	331	8.003
Tributos a recuperar	9	8.132	14.147	Obrigações trabalhistas	18	28.496	23.215
Outros créditos		4.113	3.637	Dividendos a pagar	21e	42.382	1.596
Total do Ativo Circulante		757.918	699.942	Arrendamentos a pagar	14	2.389	3.517
Não Circulante				Outras obrigações		20.065	21.211
Realizável a longo prazo		-	-	Total do Passivo Circulante		388.553	282.182
Contas a receber de clientes	7	-	1.187	Passivo não Circulante			
Depósitos judiciais	19	1.615	1.359	Obrigações com terceiros	16b	116.943	106.178
Tributos a recuperar	9	27.723	-	Empréstimos e financiamentos	15	465.000	585.000
Tributos diferidos	10b	154.941	190.177	Provisão para demandas judiciais	19	810	1.308
Outros créditos		11.029	2.684	Benefícios pós emprego	20	29.194	42.589
Total do Ativo Não Circulante		195.308	195.407	Arrendamentos a pagar	14	-	4.301
Investimentos em controladas	11	-	3.984	Outras obrigações		27.735	25.864
Imobilizado	13	344.307	278.553	Total do Passivo Não Circulante		639.682	765.240
Intangível		1.366	786	Total do Passivo		1.028.235	1.047.422
Direito de uso	14	2.179	7.359	Patrimônio Líquido			
		347.852	290.682	Capital social	21a	81.998	81.366
				Reservas de capital	21b	63.188	63.170
				Reservas de lucros	21c	146.925	30.354
				Outros resultados abrangentes	21d	(19.268)	(36.218)
				Total do patrimônio líquido		272.843	138.609
				Total do Passivo e Patrimônio Líquido		1.301.078	1.186.031

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - (Em milhares de Reais)

Nota	Capital Social	Reserva de capital	Reservas de lucros			Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total
			Ajustes de reavaliação ativos	Reserva Legal	Reserva Estatutária			
Saldo em 31 de dezembro de 2019	172.674	63.108	-	22.438	3.704	84.942	(30.474)	316.392
Resultado abrangente do exercício	-	-	-	-	-	-	137.431	137.431
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-
Efeito de conversão de moeda estrangeira	21d (i)	-	-	-	-	-	38	38
Outros resultados abrangentes	21d (ii)	-	-	-	-	-	(5.782)	(5.782)
Resultado abrangente do exercício	-	-	-	-	-	-	(5.744)	131.687
Contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas								
Opções outorgadas	30.1	-	(1)	-	-	-	-	(1)
Efeito líquido da incorporação de controlador	1.1(b)	(26.848)	-	-	-	-	(281.218)	(308.066)
Redução do capital por absorção de prejuízo	1.1(b)	(64.460)	-	-	-	-	64.460	-
		(91.308)	(1)	-	-	-	(216.758)	(308.067)
Destinação do lucro líquido do exercício								
Constituição de reservas	21c	-	-	-	281	135.747	(136.028)	-
Dividendos	21e	-	-	-	-	-	(1.403)	(1.403)
		-	-	-	281	135.747	(137.431)	(1.403)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	81.366	63.107	-	22.438	3.985	3.931	(36.218)	138.609
Resultado abrangente do exercício	-	-	-	-	-	-	169.343	169.343
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-
Efeito de conversão de moeda estrangeira	21d (i)	-	-	-	-	-	8.110	8.110
Outros resultados abrangentes	21d (ii)	-	-	-	-	-	8.840	8.840
Resultado abrangente do exercício	-	-	-	-	-	-	16.950	186.293
Contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas								
Opções outorgadas	30.1	-	81	-	-	-	-	81
Aumento de Capital	21a	632	-	-	-	-	-	632
Dividendos não reclamados	-	-	-	-	-	130	-	130
Distribuição de dividendos	21e	-	-	-	-	(10.598)	-	(10.598)
		632	81	-	-	(10.468)	-	(9.755)
Transferência de excedentes de reservas	21c (i)	-	-	(6.165)	(502)	6.667	-	-
Destinação do lucro líquido do exercício								
Constituição de reservas	21c	-	-	-	127	126.912	(127.039)	-
Dividendos propostos	21e	-	-	-	-	-	(42.304)	(42.304)
		-	-	-	127	126.912	(169.343)	(42.304)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	81.998	63.188	-	22.565	3.985	120.375	(19.268)	272.843

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO - (Em milhares de Reais)

	2021	2020		2021	2020
(+) Receitas	1.425.884	1.278.776	(=) Valor adicionado total a distribuir	899.747	776.934
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	1.421.372	1.231.567	(=) Distribuição do valor adicionado	899.747	776.934
Outras receitas	4.460	52.469	Despesas com pessoal		
Reversão (constituição) de provisão para créditos de liquidação duvidosa	52	(5.260)	- Remuneração direta	130.688	126.059
(-) Insumos adquiridos de terceiros	(524.730)	(449.671)	- Benefícios	35.540	34.763
(Inclui os Valores dos Impostos - ICMS e IPI)			- F.G.T.S.	10.620	12.392
Custo dos produtos vendidos	(98.089)	(82.124)	Impostos, taxas e contribuições		
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(426.641)	(367.547)	- Federais	343.872	311.034
(=) Valor adicionado bruto	901.154	829.105	- Estaduais	144.234	129.896
(-) Depreciação	(42.914)	(35.826)	- Municipais	650	521
(=) Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	858.240	793.279	Remuneração de capitais de terceiros		
(+) Valor adicionado recebido em transferência	41.507	(16.345)	- Juros	50.171	18.366
Resultado de equivalência patrimonial	2.565	1.319	- Aluguéis	2.807	606
Receitas financeiras	38.404	7.534	- Outras	11.822	5.866
Outras	538	(25.198)	Remuneração de capitais próprios		
			- Lucros retidos	169.343	137.431

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 CONTEXTO OPERACIONAL

A Nadir Figueiredo S.A. ("Nadir" ou "Companhia"), estabelecida e com as instalações industriais à Rua Júlio, s/nº, na cidade de Suzano, no estado de São Paulo, é uma sociedade anônima de capital fechado. Os principais objetivos da Companhia são: indústria, comércio, exportação e importação de produtos de vidro, cristal, cerâmica e louça, destinados às utilidades domésticas e embalagens de alimentos e bebidas, e participações em outras empresas. A Companhia possui a subsidiária Distribuidora Brasim S.A., localizada na Argentina, no qual os objetivos e atividades principais são: comércio, distribuição, importação de produtos, ferramentas, bazar, vidros e livros. Conforme divulgado na Nota 1.1 (d), a Companhia vendeu sua participação na controlada em 01 de setembro de 2021. A Companhia adquiriu 100% do capital da empresa Vidros Colômbia S.A.S., em 13 de outubro de 2021, com o objetivo de expansão de negócios na Colômbia (Notas 1.1 (e) e (f)). Em 31 de dezembro de 2021 as operações, ativos e passivos desta controlada são irrelevantes no contexto das demonstrações financeiras da Companhia, conforme descrito nas Notas 1.1 (e) e 11, razão pela qual não estão sendo apresentadas demonstrações financeiras consolidadas. A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração, em 20 de abril de 2022. **1.1 Principais eventos ocorridos em 2021 - a) Segundo programa de outorga** - Em 26 de janeiro de 2021, foi aprovado o segundo programa de outorga de opção de compra de ações da Companhia concedendo autorização à diretoria da Companhia para celebrar os respectivos contratos de outorga de ações, conforme Nota 30.2. **b) Incorporação da Vidigal Participações** - Em 1º de fevereiro de 2021, foi aprovada a incorporação da Vidigal Participações S.A. O patrimônio líquido da Vidigal Participações S.A. revertido para a Companhia foi de R\$ 429.249, conforme laudo de avaliação patrimonial contábil emitido por empresa independente especializada. Em decorrência da incorporação, o capital social da Companhia foi aumentado em R\$ 632, passando para R\$ 81.998. O acervo líquido é demonstrado abaixo:
Em milhares de Reais
Caixa e equivalentes de caixa 626
Dividendos a receber (i) 1.399
Tributos a recuperar 8
Investimentos em empresas controladas (i) 138.185
Ágio por expectativa de rentabilidade futura (i) 289.033
Fornecedores e outras contas a pagar (2) -
Total dos ativos identificáveis, líquido **429.249**
(i) Valores eliminados no momento da incorporação, restando um acervo líquido de R\$ 632. **c) Desdobramento de ações ordinárias e aumento do limite do capi-**

tal autorizado - Em 1º de fevereiro de 2021 a Companhia realizou o desdobramento das suas ações ordinárias em uma proporção de 1 para 18, passando o capital social da Companhia a ser dividido em 227.908.836 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal. Adicionalmente, o capital autorizado da Companhia teve seu limite alterado para 450.000.000 ações. **d) Venda da participação acionária na Distribuidora Brasim S.A.** - Conforme o Termo e Condições para Compra e Venda de Ações, datado de 1º de setembro de 2021, a Companhia vendeu sua participação acionária de 50%, equivalente a 128.000 ações ordinárias classe B, que detinha na Distribuidora Brasim S.A. O valor recebido pela venda da participação foi de R\$ 1.293, e o investimento totalizava R\$6.371. Adicionalmente, a Companhia registrava em dividendos a receber o montante de R\$544, que também foram baixados com a venda da participação. No patrimônio líquido, na conta de outros resultados abrangentes registrava-se a variação cambial do investimento e dividendos no montante de R\$8.416, que foram baixados para o resultado. Neste contexto, o impacto da venda da participação no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 14.038, registrado na rubrica variação cambial passiva no montante de R\$8.416, e na rubrica outras despesas operacionais o montante de R\$5.622. **e) Participação acionária na Vidros Colômbia S.A.S.** - Em 13 de outubro de 2021, a Companhia adquiriu 100% das ações ordinárias da Vidros Colômbia S.A.S. O valor do patrimônio líquido na data de aquisição era de 1000.000 pesos colombianos, equivalentes a R\$1.489,00 (Um mil quatrocentos e oitenta e nove reais), representados basicamente por contas a receber. Essa controlada não realizou transações relevantes no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 (Nota 11). **f) Participação acionária na Cristar TableTop S.A.S.** - Em 27 de dezembro de 2021, a Companhia, através de sua controlada Vidros Colômbia S.A.S., anunciou a assinatura de contrato vinculante para aquisição de 100% das ações da Cristar TableTop S.A.S. ("Cristar"), empresa no segmento de vidro de mesa na Colômbia pertencente à Cristaleria Peldar S.A. O valor da operação é de USD 95.000.000 (Noventa e cinco milhões de dólares americanos). Além de trazer sinergia mercadológica e uma base de clientes complementar, essa aquisição resultará em maior capacidade para atender à crescente demanda do mercado mundial de utilidades domésticas feitas a partir do vidro, resultando em uma companhia mais forte e completa com escala global. Em 31 de dezembro de 2021, a transação encontrava-se em análise pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) e a Companhia não havia feito desembolsos relacionados a esta aquisição (Nota 34). Impactos da Pandemia COVID-19 nos negócios da Companhia. Em razão da pandemia mundial declarada pela Organização Mundial de Saúde ("OMS"), relacionada ao novo Coronavírus ("COVID-19") que vem afetando o Brasil e diversos países no mundo, trazendo riscos à saúde pública e impactos na

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	2021	2020
Receita operacional líquida	22	1.022.311	872.537
Custo dos produtos vendidos	23	(537.839)	(464.438)
Lucro bruto		484.472	408.099
Despesas de vendas	24	(112.918)	(110.141)
Despesas administrativas	24	(104.842)	(95.151)
Outras receitas operacionais, líquidas	25	5.176	27.272
Resultado de equivalência patrimonial	11	2.565	1.319
Lucro operacional antes do resultado financeiro		274.453	231.398
Despesas financeiras	26	(53.452)	(24.041)
Receitas financeiras	26	38.942	6.270
Variações cambiais, líquidas	26	(8.541)	1.264
Resultado financeiro líquido		(23.051)	(16.507)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		251.402	214.891
Imposto de renda e contribuição social		(82.059)	(77.460)
Corrente	10a	(59.919)	(78.244)
Diferido	10a	(22.140)	784
Lucro líquido do exercício		169.343	137.431
Lucro por ação atribuído aos acionistas controladores			
Lucro por ação - básico e diluído (em R\$)	27	0,74	0,57

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de Reais)

	Notas	2021	2020
Lucro líquido do exercício		169.343	137.431
Outros resultados abrangentes:			
Variação na mensuração de passivos atuariais	20	13.394	(8.761)
Impostos sobre os passivos atuariais		(4.554)	2.979
Variação na mensuração de passivos atuariais, líquido		8.840	(5.782)
Ajustes de conversão para moeda estrangeira		8.110	38
Resultado abrangente do exercício		186.293	131.687

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de Reais)

	2021	2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do I.R. e da contribuição social	251.402	214.891
Ajustes para conciliar o resultado ao caixa e equivalentes de caixa gerados pelas atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	42.914	38.731
Resultado de equivalência	(2.565)	(1.319)
Juros provisionados	49.178	16.536
Constituição (reversão) de provisão demandas judiciais	(498)	(169)
Constituição de provisão para perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	237	5.260
Constituição de provisão para perda estimada para estoques obsoletos	1.503	1.491
Variações monetárias e cambiais provisionadas	1.001	3.727
Resultado na venda de ativo imobilizado	61	-
(Aumento) redução nos ativos	343.233	279.148
Contas a receber de clientes	(7.754)	(25.584)
Estoques	(54.581)	13.172
Tributos a recuperar	(21.700)	(7.841)
Outros créditos	(535)	(500)
Aumento (redução) nos passivos		
Fornecedores	12.097	49.279
Obr		

... continuação

Nadir Figueiredo S.A. CNPJ Nº 61.067.161/0001-97

cumprimento das obrigações assumidas com clientes e fornecedores - A Administração avaliou seus principais contratos de fornecimento e suprimento de clientes e fornecedores, respectivamente, e concluiu que, apesar dos impactos causados pelo COVID-19, as obrigações contratuais seguem sendo cumpridas e não há evidências ou formalização de insolvência ou qualquer descontinuidade. **g. Análise do cumprimento de obrigações em contratos de dividas – covenants** - A Companhia atendeu o cumprimento dos contratos com cláusulas restritivas (*covenants*) relacionadas a indicadores financeiros. (Nota 15).

2 BASE DE PREPARAÇÃO

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo IASB e CPC que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2021. **a. Demonstrações financeiras** - As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas tomando como base os padrões internacionais de contabilidade (“IFRS”) emitidos pelo International Accounting Standards Board (“IASB”) e interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretations Committee (“IFRIC”), implantados no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e suas interpretações técnicas (“ICPC”) e orientações (“OCPC”), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), e **evidenciaram todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.** - As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão apresentadas na Nota 4. Conforme descrito na Nota 1 e apresentado na Nota 11, devido a imaterialidade dos saldos da Controlada, a administração da Companhia optou por não apresentar as demonstrações financeiras consolidadas, devido as cifras serem substancialmente iguais às demonstrações financeiras individuais. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 2.2. As práticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme nas demonstrações financeiras, consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior. **b. Demonstração do Valor Adicionado** - A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - “Demonstração do Valor Adicionado”. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras. **2.1 Moeda funcional e moeda de apresentação** - As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Cada entidade do grupo determina sua própria moeda funcional, e naquelas cujas moedas funcionais são diferentes do Real, as demonstrações financeiras são traduzidas para o Real na data do fechamento.

Transações e saldos - As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço e todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado. **2.2 Estimativas e julgamentos contábeis críticos** - As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. **2.2.1 Estimativas e premissas contábeis críticas** - Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir. A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como a divulgação de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas nas datas dos balanços patrimoniais, que podem resultar em valores diferentes quando da liquidação, são discutidas a seguir: **a. Perdas de crédito esperadas (Nota 7)** - As perdas de crédito esperadas são registradas em quantia considerada suficiente para cobrir as perdas decorrentes de cobranças das contas a receber. Para reduzir o risco de crédito, a Companhia adota como prática a análise individualizada da situação patrimonial e financeira de seus clientes, estabelecendo um limite de crédito e acompanhamento permanente do seu saldo devedor. A perda de crédito esperada foi calculada através de um modelo prospectivo, levando-se em consideração a análise individual de riscos dos créditos, que contempla histórico de perdas, a situação individual dos clientes, a situação do grupo econômico ao qual pertencem, as garantias reais para os débitos e a avaliação dos consultores jurídicos e é considerada suficiente para cobrir eventuais perdas sobre os valores a receber. **b. Provisão para perda de estoques (Nota 8)** - A Companhia revisa periodicamente o valor líquido de realização e a demanda de seus estoques para garantir que os estoques registrados são demonstrados pelo menor valor entre o custo de aquisição ou produção e o valor líquido de realização, assim como estoques obsoletos. **c. Provisão para perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (Nota 4.1)** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Essas perdas são lançadas ao resultado do exercício quando identificadas. O valor contábil de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhoraria a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes. **d. Realização dos tributos diferidos ativos (Nota 10)** - O reconhecimento inicial e as posteriores avaliações do imposto de renda diferido ocorre quando seja provável que o lucro tributável dos próximos anos esteja disponível para ser usado na compensação do ativo fiscal diferido, com base em projeções de resultados, elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que possibilitem a sua utilização total, ou parcial se for constituído o crédito integral. **e. Provisões para demandas judiciais (Nota 19)** - A Companhia reconhece provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados internos e externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo de determinação. A Companhia revisa as estimativas e as premissas periodicamente. **f. Benefícios a empregados (Nota 20)** - **(i) Planos de Previdência** - O passivo reconhecido é o valor presente da obrigação de benefício definido nas datas dos balanços patrimoniais, menos o valor justo dos ativos do plano. A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes, utilizando o método da unidade de crédito unitário projetado para determinar o valor presente das obrigações e o respectivo custo do serviço corrente, considerando premissas demográficas, econômicas e financeiras adequado ao perfil da massa. **(ii) Planos de Saúde** - Os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajustes com base na experiência e mudanças das premissas atuariais são debitados ou creditados ao patrimônio líquido, em outros componentes do resultado abrangente. Essas obrigações são avaliadas, anualmente, por atuários independentes qualificados. **(iii) Benefícios** - As obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado

pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. **g. Mensuração do valor justo (Nota 4.h)** - Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros. A Companhia revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a Companhia analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos das normas CPC/IFRS, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Nadir usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma. • **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. • **Nível 2:** *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, direta (preços) ou indiretamente (derivado de preços). • **Nível 3:** *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis). A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças. **h. Remuneração baseada em ações (Nota 30)** - A Companhia possui um plano de remuneração com base em ações, exceto quando informado de outra forma, conforme descrito no resumo de políticas contábeis, que são mensurados a cada data de reporte e reconhecidos nos balanços patrimoniais.

3 BASE DE MENSURAÇÃO

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando informado de outra forma, conforme descrito no resumo de políticas contábeis, que são mensurados a cada data de reporte e reconhecidos nos balanços patrimoniais.

4 RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, salvo se indicado de outra forma. **a. Instrumentos financeiros** - Instrumentos financeiros incluem aplicações financeiras, contas a receber e outros recebíveis, caixa e equivalentes de caixa, empréstimos e financiamentos, assim como contas a pagar e outras dívidas. Os instrumentos financeiros foram reconhecidos de acordo com a NBC TG 48 (IFRS 9) – Instrumentos financeiros, conforme Deliberação CVM 763/ 16. O reconhecimento inicial desses ativos e passivos financeiros são feitos apenas quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos e são reconhecidos pelo valor justo acrescido, para instrumentos que não sejam reconhecidos pelo valor justo por meio do resultado, por quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, a Companhia classifica os ativos financeiros como subsequentemente mensurados ao: • **Custo amortizado:** quando os ativos financeiros são mantidos com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais e os termos contratuais desses ativos devem originar, exclusivamente, fluxos de caixa decorrentes de pagamento de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. • **Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA):** quando os ativos financeiros são mantidos tanto com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais, quanto pela venda desses ativos financeiros. Além disso, os termos contratuais devem originar, exclusivamente, fluxos de caixa decorrentes de pagamento de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. • **Valor justo por meio do resultado (VJR):** quando os ativos financeiros não são mensurados pelo custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou quando são designados como tal no reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são designados a mensuração pelo valor justo por meio do resultado quando a Companhia gerencia e toma as decisões de compra e venda de tais investimentos, com base em seu valor justo e de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela Companhia. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos, bem com os resultados de suas flutuações no valor justo. A classificação dos ativos financeiros é baseada tanto no modelo de negócios da Companhia para a gestão dos ativos financeiros, quanto nas suas características de fluxos de caixa. Da mesma forma, a Companhia classifica os passivos financeiros como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, pelo VJR ou pelo VJORA. Os passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado utilizam o método de taxa de juros efetiva, ajustados por eventuais reduções no valor de liquidação. A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Nadir também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **b. Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários** - Caixa e equivalentes de caixa incluem substancialmente depósitos à vista denominados em Reais, com alto índice de liquidez de mercado e vencimentos não superiores a 90 dias da data de contratação, ou para os quais inexistem multas ou quaisquer outras restrições para seu resgate imediato. Os equivalentes de caixa são classificados como ativos financeiros na categoria custo amortizado e estão registrados pelo valor original, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento das demonstrações financeiras, apurados pelo critério *pro rata temporis*, que equivalem aos seus valores de mercado, não havendo impacto a ser contabilizado no patrimônio líquido da Companhia. Os títulos e valores mobiliários incluem fundos de investimentos não exclusivos cujos valores de mercado se aproximam dos valores contábeis, para os quais não há resgate imediato. **c. Contas a receber de clientes e perda estimada com créditos** - As contas a receber de clientes são registradas pelo valor nominal e deduzidas da perda estimada com créditos, a qual é constituída com base na perda esperada (através de um modelo prospectivo), sendo considerada suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas. **d. Estoques** - Registrados pelo custo médio de aquisição ou produção, ajustados ao valor realizável líquido, quando este for menor que o custo. A Companhia considera em sua provisão para perdas nos estoques os materiais com giro lento e/ou obsoletos. As provisões para baixa rotatividade nos estoques são constituídas com base nas vendas de seus produtos, em análise mercadológica e análise da expectativa de perda realizada pela Administração. Os montantes provisionados são suficientes para cobrir perdas futuras de itens que não possuem movimentação há mais de 1 ano. **e. Investimentos** - A Companhia detém o controle sobre uma empresa quando possui o poder de controlar suas políticas financeiras e operacionais e tem a capacidade para auferir benefícios e estar exposta aos riscos de suas atividades. O investimento na controlada é registrado pelo método de equivalência patrimonial. **f. Imobilizado** - Os ativos imobilizados são registrados pelo custo de aquisição ou construção, deduzidos da depreciação calculada pelo método linear com base nas taxas que levam em consideração o tempo de vida útil estimada dos bens e com base nos prazos contratuais dos imóveis alugados quanto às benfeitorias efetuadas. A depreciação é calculada pelo método linear, para distribuir seu valor de custo ao longo da vida útil estimada dos ativos, a revisão de vida útil é realizada anualmente e não houve alteração para o ano de 2021, conforme segue:

Descrição do ativo

Edifícios e construções

Equipamentos

Instalações

Fornos

Máquinas e matrizes

Veículos

g. Arrendamentos - A Companhia, na qualidade de arrendatária, reconhece um

ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A Companhia reconhece novos ativos e passivos para seus arrendamentos operacionais. A Companhia reconhece uma deprecia-

ção de ativos de direito de uso e despesa financeira sobre obrigações de arrendamento. As taxas de desconto utilizadas pela Companhia foram obtidas de acordo com as condições de mercado. **h. Mensuração do Valor Justo** - Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (*non-performance*). Uma série de políticas contábeis e divulgações da Nadir requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros. **i. Redução ao valor recuperável (impairment) - Ativos financeiros** - A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre: • Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado; • Investimentos de dívida mensurados ao VJORA; e • Ativos de contrato. A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses: • Títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e • Outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial. As provisões para perdas com contas a receber de ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considera informações prospectivas (*forward-looking*). A Companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 30 dias de atraso. A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando: • É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou • O ativo financeiro estiver vencido há mais de 90 dias. As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplimento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro. As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses). O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposta ao risco de crédito. **Ativos não financeiros** - Em cada data de reporte, a Companhia revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros (exceto estoques, e tributos diferidos) para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que refleta as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. **j. Empréstimos e financiamentos** - Reconhecidos pelo valor justo no momento do recebimento dos recursos, líquidos os custos de transação nos casos aplicáveis, acrescidos de encargos, juros e variações monetárias e cambiais conforme previsto contratualmente, incorridos até as datas dos balanços patrimoniais. **k. Fornecedores e outras contas a pagar** - Reconhecidos pelo valor nominal e acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos até as datas dos balanços patrimoniais. **l. Imposto de renda e contribuição social - Corrente** - A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$240 no período de 12 meses, enquanto a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável, reconhecidos pelo regime de competência. Os impostos e as contribuições sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto para os casos em que estiverem diretamente relacionados a itens registrados no patrimônio líquido ou na reserva de ajustes de avaliação patrimonial, que são reconhecidos líquidos desses efeitos. As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo ou passivo circulante e não circulante, de acordo com a expectativa de sua realização. **Diferido** - Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos são reconhecidos sobre diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e seus valores contábeis. Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos apenas na medida em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis contra os quais as diferenças temporárias possam ser utilizadas. A Companhia avalia anualmente o valor contábil do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos em relação ao seu desempenho operacional e o lucro tributável futuro projetado e, quando necessário, reduz o seu montante ao valor de realização esperado. Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos são compensados quando existe um direito legalmente executável de compensar ativos fiscais correntes contra passivos fiscais correntes. Tributos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades ou em países diferentes, em geral são apresentados em separado, não pelo líquido. Os tributos diferidos são calculados com base nas alíquotas previstas quando de sua realização e revisados anualmente. **m. Apuração do resultado e reconhecimento da receita** - A receita proveniente das vendas de produtos é reconhecida de acordo com a CPC 47 (IFRS 15) – Receita com contratos de clientes, estabelecendo um modelo de cinco etapas para determinar a mensuração da receita e quando e como ela será reconhecida. Dessa forma, a Companhia reconhece as receitas quando os produtos são entregues e devidamente aceitos pelos seus clientes, onde os riscos e benefícios relacionados ao controle são transferidos. A transferência do controle do ativo ocorre quando do embarque dos produtos acompanhado da respectiva nota fiscal de venda levando em consideração os *Incoterns*. Esses critérios são considerados atendidos quando os bens são transferidos ao comprador, respeitadas as principais modalidades de fretes praticadas pela Companhia. **n. Benefícios a empregados - (i) Planos de Previdência** - A Companhia é patrocinadora de um plano de benefícios, administrado pelo MultiBRA Fundo de Pensão - Bradesco Multipensões, que assegura a aposentadoria por invalidez, pensão por morte, abono anual, auxílio-doença, pecúlio por morte e pecúlio por invalidez aos seus funcionários, na modalidade de benefício definido, e ainda aposentadoria normal na modalidade de contribuição variável e/ou contribuição definida, dependendo da opção efetuada pelo participante na data da concessão do benefício. O passivo reconhecido é o valor presente da obrigação de benefício definido nas datas dos balanços patrimoniais, menos o valor justo dos ativos do plano. A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes, utilizando o método da unidade de crédito unitário projetado para determinar o valor presente das obrigações e o respectivo custo do serviço corrente, considerando premissas demográficas, econômicas e financeiras adequado ao perfil da massa. Os planos de contribuição variável abrangem benefícios com características de contribuição definida, que são a aposentadoria normal e a aposentadoria antecipada, além de benefícios com características de benefício definido, que são aposentadoria por invalidez, b. benefício proporcional, auxílio-doença, abono anual, benefício mínimo e pensão por morte. Os ativos do plano são mantidos pelo MultiBRA Fundo de Pensão - Bradesco Multipensões, entidade fechada de previdência complementar. Os ativos do plano não estão disponíveis aos credores da Companhia e não podem ser pagos diretamente a eles. **(ii) Planos de Saúde** - A Companhia oferece ainda benefício de assistência médica pós-aposentadoria a seus empregados. Para esse grupo, desenvolveu-se uma condição especial, em que o cálculo do prêmio é feito pela tabela da faixa etária, porém os pagamentos dos prêmios ocorrem através de boletos bancários emitidos pela Sul América Companhia de Seguro Saúde (até 31 de outubro de 2021) e NotreDame Intermédica Saúde S.A. (a partir de 1º de novembro de 2021), diretamente em favor do segurado. Os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajustes com base na experiência e mudanças das premissas atuariais são debitados ou creditados ao patrimônio líquido, em outros componentes do resultado abrangente. Essas obrigações são avaliadas, anualmente, por atuários independentes qualificados. **(a)** Ela controla um recurso, que é a capacidade de utilizar o excedente para gerar benefícios futuros; **(b)** Esse controle é o resultado de acontecimentos passados (contribuições pagas pela Companhia e serviço prestado pelo funcionário); e **(c)** Estão disponíveis benefícios econômicos futuros para a Companhia na forma de redução em contribuições futuras ou de restituição de dinheiro, seja diretamente para a Companhia, seja indiretamente para compensar a



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadao.estadao.com.br/publicacoes/>

... continuação

Nadir Figueiredo S.A. CNPJ Nº 61.067.161/0001-97

insuficiência de outro plano de benefício pós-emprego (obedecida a legislação pertinente). **(iii) Benefícios** - As obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. **(iv) Acordos de pagamento baseado em ações** - O valor justo na data de outorga dos acordos de pagamento baseado em ações concedidos aos empregados é reconhecido como despesas de pessoal, com um correspondente aumento no patrimônio líquido, durante o período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito aos prêmios. O valor reconhecido como despesa é ajustado para refletir o número de prêmios para o qual existe a expectativa de que as condições de serviço e de desempenho serão atendidas, de tal forma que o valor final reconhecido como despesa seja baseado no número de prêmios que efetivamente atendem às condições de serviço e de desempenho na data de aquisição (*vesting date*). Para os prêmios de pagamento baseado em ações que não contenham condições de aquisição (*non-vesting conditions*), o valor justo na data de outorga dos prêmios de pagamento baseado em ações é mensurado para refletir tais condições e não são efetuados ajustes posteriores para as diferenças entre os resultados esperados e os reais. O valor justo do montante a pagar aos empregados com relação aos direitos sobre a valorização das ações, que são liquidadas em caixa, é reconhecido como despesa com um correspondente aumento no passivo durante o período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito ao pagamento. O passivo é remensurado a cada data de balanço e na data de liquidação, baseado no valor justo dos direitos sobre valorização das ações. Quaisquer mudanças no valor justo do passivo são reconhecidas no resultado como despesas de pessoal. **o. Provisão para demandas judiciais** - A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as demandas referentes a processos judiciais para os quais, como resultado de acontecimentos passado, é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a demanda e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como avaliação dos assessores legais da Companhia. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Os resultados reais podem divergir das estimativas da Administração. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados nem divulgados. Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis, quando houver, são apenas divulgados em nota explicativa. Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 não há causas envolvendo ativos contingentes registradas no balanço patrimonial da Companhia. A Companhia possui um crédito referente exclusão do valor do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS. A Companhia reconheceu o ativo decorrente desse processo tendo em vista o trânsito em julgado da ação e a modulação dos efeitos pelo Supremo Tribunal Federal do Recurso Extraordinário nº 574.706. Os créditos apurados antes de 1º de setembro de 2019, serão repassados aos seus antigos acionistas (Nota 9). **p. Tributos sobre as vendas** - A Companhia está sujeita aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas: • Programa de Integração Social (PIS) - 1,65%; • Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) - 7,6%; • Impostos sobre Produtos Industrializados (IPI) - até 15%; • Impostos sobre Circulação de Mercadorias (Serviços e Transporte (ICMS) - 7% a 18%. **q. Lucro por ação básico e diluído** - O lucro por ação básico é calculado por meio do resultado do período atribuído aos acionistas controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício. **r. Capital social** - As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos. **s. Demonstração do valor adicionado** - Esta demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período. É apresentada, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras nos termos do CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, e como informação suplementar por não ser uma demonstração prevista e obrigatória conforme as IFRS. **t. Receitas financeiras e despesas financeiras** - As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem: • Receita de juros; • Despesa de juros; • Ganhos/perdas líquidos de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado; • Ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros; e • Perdas de valor justo em contraprestação contingente classificada como passivo financeiro. A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos. A Companhia classifica juros recebidos, dividendos e juros sobre capital próprio recebidos como fluxos de caixa das atividades de investimento. A "taxa de juros efetiva" é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao: • Valor contábil bruto do ativo financeiro; ou • Custo amortizado do passivo financeiro. **4.1 Nova norma, alteração e interpretação de norma** - A Companhia iniciou o exercício 2021 com alteração de novas normas que passaram a vigorar em 01 de janeiro de 2021, cujos impactos são especificados a seguir: ALTERAÇÕES ÀS IFRS'S E NOVAS INTERPRETAÇÕES DE APLICAÇÃO OBRIGATÓRIA A PARTIR DO EXERCÍCIO CORRENTE - • Atualizações do CPC 6/IFRS 16 Alteração do item 46B (b) que prorroga para 30 de junho de 2022 a aplicação do expediente prático de reconhecimento, diretamente no resultado do exercício, das reduções obtidas sobre pagamentos de arrendamentos originalmente devidos, afetados diretamente pela pandemia da COVID-19. Tal norma foi analisada pela Administração e não trará impactos para a apresentação das Demonstrações Financeiras da Companhia. **NORMA NOVA, ALTERAÇÃO E INTERPRETAÇÃO DE NORMA QUE AINDA NÃO ESTÁ EM VIGOR** - • Alteração ao IAS 16 "Ativo Imobilizado" Em maio de 2020, o IASB emitiu uma alteração que proíbe uma entidade de deduzir do custo do imobilizado os valores recebidos da venda de itens produzidos enquanto o ativo estiver sendo preparado para seu uso pretendido. Tais receitas e custos relacionados devem ser reconhecidos no resultado do exercício. A data efetiva de aplicação dessa alteração é 1º de janeiro de 2022. Tal norma foi analisada pela Administração e não trará impactos para a apresentação das Demonstrações Financeiras da Companhia. • Alteração ao IAS 37 "Provisão, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes" Em maio de 2020, o IASB emitiu essa alteração para esclarecer que, para fins de avaliar se um contrato é oneroso, o custo de cumprimento do contrato inclui os custos incrementais de cumprimento desse contrato e uma alocação de outros custos que se relacionam diretamente ao cumprimento dele. A data efetiva de aplicação dessa alteração é 1º de janeiro de 2022. A Administração entende que a adoção desta norma não trará impacto nas Demonstrações Financeiras da Companhia, devido à natureza dos contratos existentes atualmente na companhia. • Alteração ao IFRS 3 "Combinação de Negócios" Emitida em maio de 2020, com o objetivo de substituir as referências da versão antiga da estrutura conceitual para a mais recente. A alteração ao IFRS 3 tem vigência de aplicação a partir de 1º de janeiro de 2022. A Companhia entende que essa alteração não trará impacto para as suas Demonstrações Financeiras. • Aprimoramentos anuais - ciclo 2018-2020 Em maio de 2020, o IASB emitiu as seguintes alterações como parte do processo de melhoria anual, aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2022: (i) IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros" - esclarece quais taxas devem ser incluídas no teste de 10% para a baixa de passivos financeiros. (ii) IFRS 16 - "Arrendamentos" - alteração do exemplo 13 a fim de excluir o exemplo de pagamentos do arrendador relacionados a melhorias no imóvel arrendado. (iii) IFRS 1 "Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatórios Financeiros" - simplifica a aplicação da referida norma por uma subsidiária que adote o IFRS pela primeira vez após a sua controladora, em relação à mensuração do montante acumulado de variações cambiais. A Administração entende que a adoção desta norma não trará impacto nas suas Demonstrações Financeiras. • Alteração ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2 - Divulgação de políticas contábeis Em fevereiro de 2021 o IASB emitiu nova alteração ao IAS 1 sobre divulgação de políticas contábeis "materiais" ao invés de políticas contábeis "significativas". As alterações definem o que é "informação de política contábil material" e explicam como identificá-las. Também esclarece que informações imateriais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, que não devem obscurecer as informações contábeis relevantes. Para apoiar esta alteração, o IASB também alterou a "IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements" para fornecer orientação sobre como aplicar o conceito de materialidade às divulgações de política contábil. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023. A Companhia está avaliando os impactos desta norma. • Alteração ao IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro: A alteração emitida em fevereiro de 2021 esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente

aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023. A Companhia está avaliando os impactos desta norma. • Alteração ao IAS 12 - Tributos sobre o Lucro A alteração emitida em maio de 2021 requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Isso normalmente se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de descomissionamento e restauração, como exemplo, e exigirá o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos adicionais. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023. A Companhia está avaliando os impactos desta norma. Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras.

5 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2021	31/12/2020
Caixa e bancos	38.697	62.977
	38.697	62.977

Representados por numerários em moedas nacional e estrangeira, em instituições financeiras de primeira linha, com disponibilidade imediata para uso.

6 TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	31/12/2021	31/12/2020
Aplicação renda fixa (i)	303.176	279.292
	303.176	279.292

(i) A aplicação em renda fixa é remunerada com base na variação do CDI, e tem como objetivo principal o suporte ao capital de giro. O cálculo do valor justo das aplicações financeiras, quando aplicável, é efetuado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, com base nas taxas futuras de papéis similares. A Companhia obteve R\$13.266 em 31 de dezembro de 2021 (2020 - R\$4.440), como receita financeira, conforme Nota 26.

7 CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	31/12/2021	31/12/2020
Mercado interno	234.370	227.742
Mercado externo	19.860	18.397
Total Contas a receber de clientes	254.230	246.139
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	(9.012)	(9.064)
	245.218	237.075
Circulante	245.218	235.888
Não circulante	-	1.187
	245.218	237.075

A perda esperada com créditos de liquidação duvidosa é constituída considerando análise quantitativa e qualitativa individual dos recebíveis, quando necessário, e em montantes suficientes para cobertura de eventuais perdas por não recebimentos. A análise do vencimento das contas a receber de clientes é conforme segue:

	31/12/2021	31/12/2020
A vencer	238.972	233.645
Vencidos:		
De 1 a 30 dias	5.506	3.887
De 31 a 60 dias	168	396
De 61 a 90 dias	286	113
Acima de 90 dias	9.298	8.098
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	(9.012)	(9.064)
	245.218	237.075

Movimentação da perda esperada com créditos de liquidação duvidosa:

	31/12/2021	31/12/2020
Saldo no início do exercício	(9.064)	(3.804)
Adições	(237)	(5.416)
Baixas	199	156
Reversões	90	-
Saldo no fim do exercício	(9.012)	(9.064)

8 ESTOQUES

	31/12/2021	31/12/2020
Produtos acabados	114.505	64.794
Produtos em processo	2.399	1.464
Matéria-prima	9.981	9.005
Materiais de embalagens	7.826	6.263
Almoxarifado	31.528	28.629
	166.239	110.155
Provisões para perda c/ Estoques	(7.657)	(6.154)
	158.582	104.001

A movimentação da provisão para perdas com estoques é como segue:

	31/12/2021	31/12/2020
Saldo no início do exercício	6.154	4.663
Adições	1.549	1.760
Baixas	(46)	(269)
Saldo no fim do exercício	7.657	6.154

As provisões foram constituídas de acordo com as políticas estabelecidas pela Companhia, em que as áreas técnicas responsáveis pela gestão dos estoques fazem avaliações individuais e/ou grupo de estoques, e quando são identificados itens obsoletos e/ou com giro lento, com remota probabilidade de utilização, a provisão é constituída.

9 TRIBUTOS A RECUPERAR

	31/12/2021	31/12/2020
Pis e Cofins a recuperar (i)	27.723	1.920
IRPJ e CSLL a compensar	4.656	2.954
IRRF a compensar	3.245	8.972
Outros	231	301
	35.855	14.147
Circulante	8.132	14.147
Não circulante	27.723	-
	35.855	14.147

(i) Em julgamento realizado em 13 de maio de 2021, o Supremo Tribunal Federal ("STF") apreciou os embargos de declaração opostos pela União, pacificando o entendimento acerca da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS nos autos do Recurso Extraordinário 574706, definindo que: • os efeitos da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS deve se dar após 15 de março de 2017, ressalvadas as ações judiciais e requerimentos administrativos protocolados até 15 de março de 2017; e • o ICMS a ser excluído da base de cálculo das contribuições do PIS e da COFINS é o destacado nas notas fiscais. Com a edição do Parecer nº 7.698/2021, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional ("PGFN"), confirmando o entendimento do STF, estabeleceu que: • em relação às receitas auferidas a partir de 16 de março de 2017, o valor do ICMS destacado nas correspondentes notas fiscais de vendas não deveria integrar a base de cálculo da contribuição para o PIS e a COFINS, independentemente de a pessoa jurídica ter protocolado ou não ação judicial; e • em relação às receitas auferidas até 15 de março de 2017, o valor do ICMS destacado nas correspondentes notas fiscais de vendas não deveria integrar a base de cálculo da contribuição para o PIS e a COFINS, exclusivamente no caso de a pessoa jurídica ter protocolado ação judicial até 15 de março de 2017. A Companhia ajuizou ação para reconhecer o direito à exclusão do ICMS da base de cálculo das contribuições do PIS e da COFINS, abrangendo períodos desde março de 2012. A ação judicial proposta pela Companhia está aguardando posição definitiva pelos Tribunais. Não obstante, o fato de a ação judicial estar aguardando julgamento, a Companhia entende, suportada pelos seus assessores legais, que em razão do julgamento definitivo pelo STF acerca da matéria os benefícios econômicos decorrentes da ação judicial é praticamente certo e, portanto, não mais se trata de ativos contingentes, devendo os créditos serem contabilizados. Dessa forma, no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, o total dos créditos tributários de PIS e COFINS a recuperar reconhecido pela Companhia, seguindo exatamente os termos decididos pelo STF quanto à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS, é de R\$88.832 (Nota explicativa 25 e 26). O reconhecimento se baseia na melhor estimativa e nos documentos fiscais disponíveis atualmente, podendo esse valor estar sujeito a ajustes decorrentes da obtenção de documentos fiscais para períodos mais antigos e/ou outros ajustes, na estimativa que eventualmente surjam na confirmação final dos valores efetivos do crédito. Conforme contrato de compra e venda, os antigos sócios terão direito a indenização dos créditos apurados antes de set/2019, porém, o direito ocorre somente quanto a Companhia utilizar-se da compensação dos créditos com tributos correntes. A Companhia provisionou o montante de R\$61.109, sendo esta parte que será devida aos antigos sócios, e para efeito de apresentação das demonstrações financeiras, o saldo de créditos de R\$88.832 está sendo apresentado líquido desta provisão, totalizando R\$27.723. (ii) IRPJ e CSLL - Em 08 de novembro de 2021, foi deferido o pedido de liminar para determinar que a incidência do IRPJ e da CSLL sobre o crédito decorrente de decisão transitada em julgado, proferida em Mandado de Segurança, só ocorra na data da homologação da compensação administrativa. O valor do IRPJ e CSLL montam R\$22.027 e estão provisionados no passivo não circulante, na conta de IRPJ e CSLL diferidos (Nota explicativa 10 (b)).

10 TRIBUTOS SOBRE O LUCRO**a. Reconciliação da despesa de imposto de renda e a contribuição social é como segue**

	31/12/2021	31/12/2020
Lucro antes do I.R. e da contribuição social	251.402	214.891
Imposto de renda calculado à alíquota nominal - 34%	(85.477)	(73.063)
Ajustes para apuração da alíquota efetiva		
Despesas com administradores	-	(1.682)
Incentivos fiscais	2.044	422
Pagamento de multas com tributos	542	-
Resultado de equivalência patrimonial	(872)	-
Baixa de participação societária	4.860	-
Outras (Adições)/Exclusões, líquidas	(3.155)	(3.137)
	(82.059)	(77.460)

Corrente	(59.919)	(78.244)
Diferido	(22.140)	784
Taxa efetiva %	33%	36%

b. Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos

Ativo:	31/12/2021	31/12/2020
Perdas esperadas para crédito de liquidação duvidosa	1.821	1.842
Provisão para estoques obsoletos	2.619	2.092
Provisão Imobiliz andamento - perdas/baixas	1.103	-
Provisão para contingências fiscais	409	-
Provisão para contingências trabalhistas	690	409
Provisão - outras	705	468
Provisão para fretes, comissões e verbas	4.993	5.090
Provisão - repasse	20.778	-
Benefício fiscal da mais valia e ágio por rentabilidade futura	135.195	165.796
Obrigações atuariais	9.926	14.480
	178.239	190.177

Passivo:

Crédito referente Exclusão do ICMS da base de cálculo do Pis e da Cofins	(22.026)	-
Outras provisões	(1.272)	-
	(23.298)	-

Saldo líquido do Ativo (Passivo)

	154.941	190.177
--	----------------	----------------

Os tributos diferidos ativos de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro são reconhecidos com base na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para uso, bem quando do efetivo pagamento e/ou realização das referidas adições das diferenças temporárias, momento em que estas se tornarão dedutíveis na apuração dos referidos tributos, com base nas premissas e condições estabelecidas no modelo de negócios da Companhia. O benefício fiscal oriundo das mais valias e do ágio por rentabilidade futura é decorrente da incorporação reversa por parte da Companhia, de sua antiga controladora Vidros da Glória Participações S.A. O valor contábil do ativo fiscal diferido é revisado periodicamente, sendo as projeções revisadas anualmente. A Companhia tem expectativa de realização do imposto diferido ativo conforme cronograma abaixo:

Prazo estimado de realização	Ano	Total
1 ano	2022	26.008
2 anos	2023	26.008
3 anos	2024	26.004
4 anos	2025	25.615
5 anos	2026	21.413
Acima 5 anos	2027	29.893
		154.941

11 INVESTIMENTOS EM CONTROLADA**a. Informações sobre controladas em 31 de dezembro de 2021**

Controladas	Participação	Ativo	Patrimônio líquido	Resultado	Equivalência patrimonial	Saldo do Investimento (*)
Vidros Colômbia S.A.S	100,00%	165	(176)	(287)	(287)	(176)
					2.565	(176)

(*) Apresentado no passivo circulante, na rubrica outras obrigações.

b. Informações sobre controlada em 31 de dezembro de 2020

Controladas	Participação	Ativo	Patrimônio líquido	Resultado	Equivalência patrimonial	Saldo do Investimento
Distribuidora Brasim S.A.	50,00%	14.118	7.968	2.639	1.319	3.984
					1.319	3.984

c. Movimentação dos investimentos

	Vidros Colômbia S.A.S	Distribuidora Brasim S.A.	Colorex Comércio e Desenvolvimento de Produtos Ltda.	Total
Saldo inicial 31/12/2019	-	2.364	613	2.977
Equivalência patrimonial	-	1.319	-	1.319
Variação cambial	-	301	-	301
Incorporação (i)	-	-	(613)	(613)
Saldo final 31/12/2020	-	3.984	-	3.984
Saldo inicial 31/12/2020	-	3.984	-	3.984
Aquisição participação societária (Nota 1.1e)	111	-	-	111
Equivalência patrimonial	(287)	2.852	-	2.565
Variação cambial	-	(465)	-	(465)
Baixa do investimento	-	(6.371)	-	(6.371)
Saldo final 31/12/2021	(176)	-	-	(176)

(i) Em 6 de novembro de 2020, como parte da reestruturação societária, a Colorex Comércio e Desenvolvimento de Produtos Ltda. (antiga controlada da Companhia) foi incorporada pela Companhia, com base nos valores contábeis de 30 de setembro de 2020. O Protocolo de Incorporação e Alteração do Contrato Social foram aprovados pela Junta Comercial do Estado de São Paulo em 16 de dezembro de 2020. O patrimônio líquido Colorex Comércio e Desenvolvimento de Produtos Ltda. revertido para a Companhia, avaliado conforme laudo de avaliação patrimonial contábil, apurado pelos valores contábeis em 30 de setembro de 2020 para fins de incorporação.

12 PARTES RELACIONADAS

As transações com partes relacionadas é como segue:

a. Balanço patrimonial	31/12/2021	31/12/2020
Ativo Circulante		
Contas a receber		
Distribuidora Brasim S.A.	-	766
Ativo não circulante		
Dividendos a receber		
Distribuidora Brasim S.A.	-	638
b. Demonstração dos resultados	31/12/2021	31/12/2020

Receita operacional		
Distribuidora Brasim S.A.	-	16.360
Custo de produtos vendidos		
Distribuidora Brasim S.A.	-	(8.966)

As transações efetuadas com partes relacionadas referem-se às operações de venda de produtos para a antiga controlada Distribuidora Brasim S.A., que em 1º de setembro de 2021 a Companhia vendeu sua participação, conforme descrito na nota explicativa 1.1 (d). Estas transações foram realizadas com base em preços e prazos definidos pelas partes envolvidas, consideradas pela Administração como estritamente comutativas e adequadas de modo a preservar os interesses de ambas as partes envolvidas no negócio. **Remuneração de Administradores** - A remuneração da Administração (Diretores Estatutários e Conselho de Administração) que foi registrada no resultado de cada exercício é como segue:

... continuação

Nadir Figueiredo S.A. CNPJ Nº 61.067.161/0001-97

ção, o capital social da Companhia foi aumentado em R\$ 632, passando para R\$ 81.998 (Nota 1.1b). Conforme Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 01 de fevereiro de 2021, foi aprovado o desdobramento das suas ações ordinárias em uma proporção de 1 para 18, passando o capital social da Companhia a ser dividido em 227.908.836 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal. Adicionalmente, o capital autorizado da Companhia teve seu limite alterado para 450.000.000 ações. **b. Reservas de capital** - Constituída com o saldo do custo atribuído, após realização ocorrida na cisão parcial, aprovada pela Assembleia Geral Extraordinária em 31 de julho de 2019. Também, composta por opções outorgadas, de acordo com o pagamento baseado em ações, conforme Nota 30. **c. Reservas de lucros** - **(i) Reserva legal** - A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. Em 31 de dezembro de 2021 o saldo montava em R\$ 16.400 (R\$22.438 em 31 de dezembro 2020). A Companhia apurou no primeiro trimestre do exercício de 2021 excedente de Reserva legal no montante de R\$ 6.165, sendo este montante destinado para distribuição de dividendos adicionais, aprovados em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 12 de março de 2021. **(ii) Reserva estatutária** - Constituída ao percentual de 5% (cinco por cento) para reserva de desenvolvimento, a ser utilizada na aquisição de bens do ativo permanente ou em novos investimentos da Companhia, observado o disposto nos artigos 198 e 199 da Lei nº 6.404/76. Em 31 de dezembro de 2021, o saldo montava em R\$ 3.483 (R\$3.985 em 31 de dezembro 2020). A Companhia destinou o montante de R\$ 502 para distribuição de dividendos adicionais, aprovados em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 12 de março de 2021. **(iii) Reserva para retenção de lucros** - A reserva refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, em 31 de dezembro de 2021 montava R\$127.042 (R\$3.931 em 31 de dezembro de 2020), a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios estabelecido no plano de investimentos da Companhia, conforme orçamento de capital aprovado e proposto pelos Administradores *ad referendum*, para ser deliberado na Assembleia Geral dos acionistas, em observância ao art. 196 da Lei das Sociedades por Ações. Os lucros do exercício de 2020 não destinados como dividendos foram apropriados a essa reserva. A Companhia distribuiu no primeiro trimestre do exercício de 2021 o montante de R\$ 3.931, a título de dividendos adicionais, aprovados em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 12 de março de 2021. O saldo das reservas de lucros ultrapassou o capital social. A próxima assembleia geral deliberará sobre aplicação do excesso na integralização ou no aumento do capital social ou na distribuição de dividendos.

d. Outros resultados abrangentes - **(i) Conversão para moeda estrangeira** - O montante de R\$8.110 em 31 de dezembro de 2020 refere-se ao efeito acumulado da conversão cambial das demonstrações financeiras da subsidiária Distribuidora Brasim S.A., que mantém registros contábeis em moeda funcional diferente da moeda funcional da controladora. Em 1 de setembro de 2021 a Companhia vendeu sua participação, portanto o montante registrado nesta rubrica, foi transferido para resultado do exercício, em conta de variação cambial, com perda, devido à baixa do investimento. **(ii) Ganhos e perdas atuariais** - O montante de R\$ 19.268 (líquido de tributos) em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 28.108 em 31 de dezembro de 2020) refere-se aos cálculos atuariais dos planos de previdência complementar e seguro saúde. **e. Dividendos** - O estatuto social da Companhia determina a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios do resultado do exercício, ajustado na forma da lei. Os dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar foram destacados no patrimônio líquido no encerramento do exercício e registrados como obrigação no passivo. Durante o exercício de 2020, foi proposto pelo Conselho de Administração dividendos mínimos obrigatórios, calculados com base no lucro do exercício de 31 de dezembro 2020 após a absorção de prejuízos acumulados, no montante de R\$1.403. Esses dividendos mínimos foram aprovados em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 12 de março de 2021. Durante o primeiro trimestre de 2021, foi proposto pelo Conselho de Administração distribuição de dividendos adicionais calculados sobre reservas de lucros excedentes, Reserva legal, Reserva estatutária e Reserva de retenção de lucros, no montante de R\$10.598, com data de pagamento limitada em 25 de março de 2021. Esses dividendos adicionais foram aprovados em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 12 de março de 2021. Em 31 de dezembro de 2021, o saldo em aberto referente a pagar monta a R\$42.382 (R\$1.596 em 31 de dezembro de 2020), dos quais R\$ 42.304 referem-se ao exercício de 2021 e a parcela restante a exercícios anteriores. Os dividendos do exercício foram calculados conforme segue:

	31/12/2021	31/12/2020
Lucro líquido do exercício	169.343	137.431
Absorção para prejuízos acumulados	-	(131.818)
Reserva legal 5%	(127)	-
Base de cálculo para os dividendos mínimos	169.216	5.613
Dividendos mínimos obrigatórios	25%	25%
Total de dividendos do exercício	42.304	1.403

	31/12/2021	31/12/2020
Mercado interno	1.266.862	1.127.218
Mercado externo	154.510	104.349
Impostos incidentes sobre vendas	(369.759)	(331.705)
Devoluções e abatimentos	(29.302)	(27.325)
	1.022.311	872.537

(i) Abatimentos são acordo comerciais com determinados clientes, que estão sujeitos ao cumprimento das performances estabelecidas contratualmente.

	31/12/2021	31/12/2020
Mão de obra	(86.614)	(88.169)
Energéticos	(140.404)	(127.134)
Matéria prima	(92.082)	(88.169)
Material de embalagem	(117.596)	(74.330)
Conservação e reparação	(37.931)	(35.430)
Depreciação	(31.885)	(29.328)
Outros	(31.327)	(21.878)
	(537.839)	(464.438)

	31/12/2021	31/12/2020
Vendas	31/12/2021	31/12/2020
Pessoal	(44.656)	(42.214)
Frete	(30.826)	(30.244)
Promoção e propaganda	(8.188)	(4.537)
Utilidades e serviços	(29.003)	(27.729)
Créditos incobráveis	(245)	(5.417)
	(112.918)	(110.141)

	31/12/2021	31/12/2020
Gerais e administrativas	31/12/2021	31/12/2020
Pessoal	(68.337)	(70.891)
Utilidades e serviços	(36.505)	(24.260)
	(104.842)	(95.151)

	31/12/2021	31/12/2020
25 OUTRAS RECEITAS E DESPESAS, LÍQUIDAS	31/12/2021	31/12/2020
Créditos tributários (i)	64.785	30.920
Créditos extemporâneos (ii)	6.310	18.504
Perdas indenizáveis	2.205	-
Outras receitas	4.311	3.045
	77.611	52.469

	31/12/2021	31/12/2020
Restituição aos ex-controladores (iii)	-	(23.778)
Provisão - repasse (iv)	(61.108)	-
Alienação de investimento (v)	(5.626)	-
Outras despesas	(5.701)	(1.419)
	(72.435)	(25.197)

	31/12/2021	31/12/2020
Outras receitas (despesas), líquidas	5.176	27.272

(i) Crédito tributário referente à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS, conforme descrito na Nota Explicativa 9. (ii) Crédito extemporâneo referente ao PIS e COFINS referente às despesas com Seguro Saúde, Vale Transporte, Alimentação, Seguros e Gás Natural. (iii) Refere-se ao compromisso de restituir os ganhos em processos judiciais relacionado aos empréstimos compulsórios junto a Eletrobrás e créditos de IOF que haviam sido retidos indevidamente em operações financeiras, aos antigos controladores da Companhia, conforme acordo de compra e venda. (iv) Provisão para repasse aos antigos sócios sobre o crédito tributário, líquido de impostos incidentes, comentado do item (i), e também na Nota Explicativa 9 (i). (v) Venda de participação acionária da Distribuidora Brasil S.A., conforme divulgado na nota explicativa 1.1 (d).

	31/12/2021	31/12/2020
26 RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS	31/12/2021	31/12/2020
Despesas financeiras		
Juros passivos	(50.171)	(18.366)
Despesas bancárias	(588)	(881)
Descontos concedidos	(1.927)	(4.006)
Outras	(766)	(788)
	(53.452)	(24.041)

	23.055	-	2.083	1.830
Receitas financeiras				
Atualização monetária créditos tributários (i)	23.055	-	2.083	1.830
Juros ativos	-	-	-	-
Rendimentos de aplicações financeiras	13.266	4.440	-	-
Outras	538	-	-	-
	38.942	6.270		
Variações cambiais ativas	1.104	12.241	-	-
Variações cambiais passivas	(9.645)	(10.977)	-	-
Variações cambiais de atividades financeiras, líquidas	(8.541)	1.264		
Resultado financeiro, líquido	(23.051)	(16.507)		

(i) A Companhia reconheceu no lançamento inicial o montante de R\$21.331, e em 31 de dezembro de 2021 o montante atualizado de R\$23.055 com as correções da taxa Selic, o crédito tributário referente à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS, conforme descrito na Nota Explicativa 9.

	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020		
	Ordinárias	Total	Ordinárias	Total
Numerador básico:				
Lucro do período	169.343	169.343	137.431	137.431
Denominador básico (em milhares de ações):				
Média ponderada do número de ações	227.909	227.909	227.909	227.909

Lucro líquido por ação - básico

	0,74	0,74	0,60	0,60
Foi aprovado pelo Conselho de Administração, em 28 de dezembro de 2020, a conversão total das ações preferenciais em ordinárias, na proporção de 1 (uma) ação ordinária para cada 1 (uma) ação preferencial. Em 31 de dezembro de 2020 já considerava o desdobramento de ações aprovado pela Companhia após o período coberto por estas demonstrações financeiras, nos termos do CPC 41 - Resultado por ação, Item 64 (Nota 1.1c). (ii) Diluído - A Companhia não possui instrumento conversível em ações. O plano de outorga de ações aprovado em 28 de dezembro de 2020 não provoca alteração no valor do lucro básico e diluído por ação (Nota i).				

	01/01/2021 a 31/12/2021
28 SEGMENTOS OPERACIONAIS	
Os segmentos operacionais são reportados de forma consistente com os relatórios internos fornecidos ao principal tomador de decisões operacionais para fins de avaliação de desempenho de cada segmento e alocação de recursos. Um segmento operacional é definido como um componente da Companhia que atua em atividades comerciais a partir das quais pode gerar receita e incorrer em despesas. Cada segmento operacional é diretamente responsável pelas receitas e despesas relacionadas às suas operações. Os principais tomadores de decisões operacionais avaliam o desempenho de cada segmento operacional usando informações sobre sua receita e margem bruta (lucro bruto), e não avalia as operações usando informações de ativos e passivos por segmento. As transações entre os segmentos são eliminadas, e a Companhia aloca despesas administrativas e de vendas, receitas e despesas financeiras e imposto de renda e contribuição social para os segmentos operacionais. Para fins de análise e gerenciamento das operações, a Companhia possui três segmentos operacionais que são utilizados pela administração para fins de análise e tomada de decisão, sendo eles: utilidades domésticas (mercado interno), embalagem (mercado interno), e exportação.	

	Utilidades domésticas	Embalagem	Exportação	Outros	Total
Receita operacional bruta	1.140.024	120.438	154.277	6.633	1.421.372
Deduções: Impostos, devoluções e abatimentos	(370.357)	(28.631)	-	(73)	(399.061)
Receita operacional líquida	769.667	91.807	154.277	6.560	1.022.311
Custo dos produtos vendidos	(390.376)	(55.415)	(89.570)	(2.478)	(537.839)
Lucro bruto	379.291	36.392	64.707	4.082	484.472
Despesas com vendas	(93.047)	(8.589)	(11.282)	-	(112.918)
Despesas administrativas	(82.632)	(8.009)	(14.201)	-	(104.842)
Outras receitas (despesas) operacionais	6.101	591	1.049	-	7.741
Resultado financeiro líquido	(18.168)	(1.761)	(3.122)	-	(23.051)
IRPJ e CSLL - corrente e diferido, líquido	(64.676)	(6.268)	(11.115)	-	(82.059)
Lucro líquido do exercício	126.869	12.356	26.036	4.082	169.343
Lucro líquido do período atribuível aos não controladores	0	0	0	0	0
Lucro líquido do período atribuível aos controladores	169.343	169.343	169.343	169.343	169.343

	Utilidades domésticas	Embalagem	Exportação	Outros	Total
Receita operacional bruta	996.164	125.717	105.742	3.944	1.231.567
Deduções: Impostos, devoluções e abatimentos	(330.090)	(28.946)	-	6	(359.030)
Receita operacional líquida	666.074	96.771	105.742	3.950	872.537
Custo dos produtos vendidos	(345.336)	(60.206)	(58.039)	(857)	(464.438)
Lucro bruto	320.738	36.565	47.703	3.093	408.099
Despesas com vendas	(90.419)	(9.986)	(9.736)	-	(110.141)
Despesas administrativas	(75.350)	(8.592)	(11.209)	-	(95.151)
Outras receitas (despesas) operacionais	22.641	2.582	3.368	-	28.591
Resultado financeiro líquido	(13.072)	(1.491)	(1.944)	-	(16.507)
IRPJ e CSLL - corrente e diferido, líquido	(61.341)	(6.995)	(9.124)	-	(77.460)
Lucro líquido do exercício	103.197	12.083	19.058	3.093	137.431

29 GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a Administração pretende cobrir (câmbio, taxa de juros etc.), a qual é apreciada pelo Conselho de Administração, se aprovada para operacionalização da estratégia apresentada. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas *versus* condições vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia. As operações da Companhia estão sujeitas aos fatores de riscos a seguir descritos: **(i) Política de gestão de riscos** - A Companhia está exposta a riscos de mercado, sendo os principais: (i) a volatilidade da taxa de câmbio; e (ii) a volatilidade da taxa de juros. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise da exposição ao risco que a Administração pretende cobrir. **(ii) Risco de taxa de juros** - Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando mitigar esse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas. A Companhia não possuía em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 instrumentos derivativos para cobertura de riscos de taxas de juros. **(iii) Risco com taxa de câmbio** - Este risco decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio, que reduzam ou aumentem valores captados no mercado. Está demonstrada a seguir a exposição, por moeda, em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, a qual considera os valores patrimoniais

de empréstimos e financiamentos e caixa e equivalentes de caixa: Valores denominados em milhares de dólares norte-americanos.

	31/12/2021	31/12/2020
Contas a receber		
Dólar norte-americano	3.559	3.541
Exposição:	3.559	3.541
A Companhia não possuía, em 31 de dezembro de 2021, instrumentos derivativos para cobertura de riscos de taxas de câmbio. (iv) Risco de crédito - A Companhia restringe a exposição a riscos de crédito associados a caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários, efetuando investimentos em instituições financeiras avaliadas como de primeira linha e com remuneração em títulos de curto prazo. Com relação às contas a receber, a Companhia restringe a sua exposição a riscos de crédito por meio de vendas para uma base ampla de clientes e de análises de crédito contínua. Para fazer face às possíveis perdas com créditos de liquidação duvidosa, foram constituídas provisões cujo montante é considerado suficiente pela Administração para a cobertura de eventuais perdas na realização de contas a receber. O valor contábil dos ativos financeiros que representam a exposição máxima ao risco do crédito é conforme segue:		

	31/12/2021	31/12/2020
Caixa e equivalentes de caixa	38.697	62.977
Títulos e valores mobiliários	303.176	279.292
Contas a receber de clientes	245.218	237.075
	587.091	579.344

A Administração entende que não há risco de crédito significativo ao qual a Companhia está exposta, considerando as características das contrapartes, níveis de concentração e relevância dos valores em relação ao faturamento. **(v) Risco de liquidez** - Risco de liquidez é aquele em que a Companhia possa eventualmente encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas aos seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. Para mitigar os riscos de liquidez e otimizar o custo médio ponderado do capital, a Companhia monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (*covenants*) previstos em contratos de empréstimos e financiamento, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando risco de liquidez para a Companhia. A seguir são apresentados os vencimentos contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados:

	31/12/2021	Até 1 ano	2-6 anos
Valor contábil	609.644	144.644	465.000
Empréstimos e financiamentos	609.644	144.644	465.000
Fornecedores	119.697	119.697	-
Passivo de arrendamento	2.389	2.389	-
	731.730	266.730	465.000

	31/12/2020	Até 1 ano	2-6 anos
Valor contábil	675.206	90.206	585.000
Empréstimos e financiamentos	675.206	90.206	585.000
Fornecedores	109.069	109.069	-
Passivo de arrendamento	7.818	3.517	4.301
	792.093	202.792	589.301

Não é esperado que fluxos de caixa apresentados anteriormente sejam antecipados. **(vi) Valor justo de instrumentos financeiros** - **(i) Cálculo do valor justo** - Os seguintes valores justos estimados foram determinados usando as informações de mercado disponíveis e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, um julgamento considerável é necessário para interpretar informações de mercado e estimar o valor justo. Assim, as estimativas aqui apresentadas não são necessariamente indicativas dos montantes que a Companhia poderia realizar no mercado atual. O uso de diferentes premissas de mercado e/ou metodologias de estimativas podem ter um efeito significativo nos valores justos estimados. O valor justo foi estimado por meio dos fluxos de caixa futuro descontados, utilizando taxas anualmente disponíveis e/ou prazos semelhantes e remanescentes. A seguir apresentamos a classificação e os principais valores contábeis e justos dos ativos e passivos e financeiros em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020:

	31/12/2021	Custo Amortizado	Total
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	-	38.697	38.697
Títulos e valores mobiliários	303.176	-	303.176
Contas a receber	-	245.218	245.218
Passivos			
Fornecedores	-	119.697	119.697
Empréstimos e financiamentos	-	609.644	609.644
Passivo de arrendamento	-	2.389	2.389
		31/12/2020	
Valor justo por meio de resultado		Custo Amortizado	

... continuação

Nadir Figueiredo S.A. CNPJ Nº 61.067.161/0001-97

Opções ocorrerá em cinco parcelas anuais, sendo a primeira parcela adquirida após dois anos da data de outorga e o direito das demais parcelas a partir dos anos subsequentes, conforme indicado na tabela abaixo:

Vesting das Opções (a partir do início do período aquisitivo)

Período	Percentual de Opções Maduras
Antes do segundo aniversário	0%
No segundo aniversário	40%
No terceiro aniversário	15%
No quarto aniversário	15%
No quinto aniversário	15%
No sexto aniversário	15%

a. Exercício e entrega das ações - As Opções maduras poderão ser exercidas pelo beneficiário em até 180 (cento e oitenta) dias corridos contados da data de encerramento do período de Vesting, mediante assinatura e entrega pelo beneficiário a Companhia do Termo de Exercício de Opções e pagamento do Preço de Exercício, conforme previsto no Contrato de Outorga, ou serão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização em caso de não

exercício no referido prazo. **b. Principais características do plano** - São elegíveis ao plano, administradores, empregados e demais colaboradores da Companhia, a critério do Conselho de Administração. Em cada programa, o Conselho de Administração indicará, a seu exclusivo critério, dentre os elegíveis, aqueles que poderão se tornar beneficiários bem como as características de eventual outorga de Opções.

Data da outorga/beneficiários

Outorga de opções para pessoal-chave da Administração	Número de ações (em milhares)	Condições de aquisição de direito	Vida contratual a opção
em 28 de dezembro de 2020 e 23 de setembro de 2021	4.418.640	Permanência do colaborador durante o período aquisitivo	6 anos

Total de opções de ações

Ativo	
Contas a receber de clientes	626
Tributos a recuperar	8
Passivo	634
Fornecedores	2
(ii) Efeito não caixa referente aos créditos tributários de PIS e COFINS a recuperar reconhecido pela Companhia, seguindo exatamente os termos decididos pelo STF quanto à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS:	2
Ativo Não circulante	31/12/2021
Tributos a recuperar	87.108
Passivo Não circulante	87.108
Arrendamentos a pagar	29.280
Tributos diferidos	29.280
(iii) Efeito líquido da venda da participação societária com a Distribuidora Brasim S.A., na data de 1º de setembro de 2021:	29.280
Ativo Não circulante	31/12/2021
Resultado com a alienação de participação societária	(14.038)
(iv) Direito de uso – Valor da Baixa por encerramento de contrato de aluguel de imóvel:	41
Ativo Não circulante	31/12/2021
Direito de uso	(2.635)
Passivo Não circulante	2.635

Outorga	Vesting	Meses entre outorga e vesting	Preço	Total (R\$ mil)	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2026	Total
29/12/2020	31/12/2022	24	0,831	82	41	41	-	-	-	-	82
29/12/2020	31/12/2023	36	1,060	39	13	13	-	-	-	-	39
29/12/2020	31/12/2024	48	1,136	42	11	11	10	10	-	-	42
29/12/2020	31/12/2025	60	1,126	41	9	8	8	8	8	-	41
29/12/2020	31/12/2026	72	1,124	41	7	7	7	7	7	6	41
Total					81	80	38	25	15	6	245

data de encerramento do período de Vesting, mediante assinatura e entrega pelo beneficiário a Companhia do termo de exercício de opções e pagamento do Preço de Exercício, conforme previsto no Contrato de Outorga, ou serão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização em caso de não exercício no referido prazo. **e. Principais características dos programas** - São elegíveis ao programa, administradores, empregados e demais colaboradores da Companhia, a critério do Conselho de Administração. Em cada programa, o Conselho de Administração indicará, a seu exclusivo critério, dentre os elegíveis, aqueles que poderão se tornar beneficiários bem como as características de eventual outorga de Opções.

Data da outorga/beneficiários

Outorga de opções para pessoal-chave da Administração	Número de ações (em milhares)	Condições de aquisição de direito	Vida contratual da opção
em 27 de janeiro de 2021	255.780	Permanência do colaborador durante o período aquisitivo e atingimento de metas conforme disposto no contrato	6 anos

Total de opções de ações

Ativo	
Resultado com a alienação de participação societária	(14.038)
(iv) Direito de uso – Valor da Baixa por encerramento de contrato de aluguel de imóvel:	41
Ativo Não circulante	31/12/2021
Direito de uso	(2.635)
Passivo Não circulante	2.635

30.2 Segundo programa de opção de compra de ações - Em 26 de janeiro de 2021, a Companhia aprovou o segundo programa de opção de compra de ações que deu direito ao pessoal-chave da Administração à compra de ações na Companhia, condicionado a realização de uma oferta pública de ações ("IPO") até o dia 31 de dezembro de 2021. O plano estará limitado a uma diluição máxima que não ultrapasse 0,1% (zero virgula um por cento) do capital social da Companhia, após a emissão de todas as ações decorrentes das opções deste programa e observado o limite do capital autorizado da Companhia. O preço a ser pago pelo beneficiário a Companhia pelo exercício de cada opção será determinado no respectivo Programa aprovado pelo Conselho de Administração e a aquisição do direito ao exercício das Opções ocorrerá em seis parcelas anuais, sendo o direito à primeira parcela adquirido após um ano da data de outorga e o direito às demais parcelas a partir dos aniversários subsequentes, conforme indicado na tabela abaixo:

data de encerramento do período de Vesting, mediante assinatura e entrega pelo beneficiário a Companhia do termo de exercício de opções e pagamento do Preço de Exercício, conforme previsto no Contrato de Outorga, ou serão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização em caso de não exercício no referido prazo. **e. Principais características dos programas** - São elegíveis ao programa, administradores, empregados e demais colaboradores da Companhia, a critério do Conselho de Administração. Em cada programa, o Conselho de Administração indicará, a seu exclusivo critério, dentre os elegíveis, aqueles que poderão se tornar beneficiários bem como as características de eventual outorga de Opções.

Data da outorga/beneficiários

Outorga de opções para pessoal-chave da Administração	Número de ações (em milhares)	Condições de aquisição de direito	Vida contratual da opção
em 27 de janeiro de 2021	255.780	Permanência do colaborador durante o período aquisitivo e atingimento de metas conforme disposto no contrato	6 anos

Total de opções de ações

Ativo	
Resultado com a alienação de participação societária	(14.038)
(iv) Direito de uso – Valor da Baixa por encerramento de contrato de aluguel de imóvel:	41
Ativo Não circulante	31/12/2021
Direito de uso	(2.635)
Passivo Não circulante	2.635

Vesting das Opções (a partir da data da outorga)

Período	Percentual de Opções Maduras
Antes do segundo aniversário	16,67%
No segundo aniversário	16,67%
No terceiro aniversário	16,67%
No quarto aniversário	16,67%
No quinto aniversário	16,67%
No sexto aniversário	16,67%

d. Modalidades das Opções de Outorga - As opções maduras poderão ser exercidas pelo beneficiário em até 180 (cento e oitenta) dias corridos contados da

data de encerramento do período de Vesting, mediante assinatura e entrega pelo beneficiário a Companhia do termo de exercício de opções e pagamento do Preço de Exercício, conforme previsto no Contrato de Outorga, ou serão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização em caso de não exercício no referido prazo. **e. Principais características dos programas** - São elegíveis ao programa, administradores, empregados e demais colaboradores da Companhia, a critério do Conselho de Administração. Em cada programa, o Conselho de Administração indicará, a seu exclusivo critério, dentre os elegíveis, aqueles que poderão se tornar beneficiários bem como as características de eventual outorga de Opções.

Data da outorga/beneficiários

Outorga de opções para pessoal-chave da Administração	Número de ações (em milhares)	Condições de aquisição de direito	Vida contratual da opção
em 27 de janeiro de 2021	255.780	Permanência do colaborador durante o período aquisitivo e atingimento de metas conforme disposto no contrato	6 anos

Total de opções de ações

Ativo	
Resultado com a alienação de participação societária	(14.038)
(iv) Direito de uso – Valor da Baixa por encerramento de contrato de aluguel de imóvel:	41
Ativo Não circulante	31/12/2021
Direito de uso	(2.635)
Passivo Não circulante	2.635

Outorga	Vesting	Meses entre outorga e vesting	Preço	Total (R\$ mil)	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2026	31/12/2027	Total
29/01/2021	31/12/2022	12	13,276	31	31	-	-	-	-	-	-	31
29/01/2021	31/12/2023	24	16,435	40	20	20	-	-	-	-	-	40
29/01/2021	31/12/2024	36	17,138	41	13	14	14	-	-	-	-	41
29/01/2021	31/12/2025	48	16,126	38	9	9	10	10	-	-	-	38
29/01/2021	31/12/2026	60	15,413	36	8	7	7	7	7	-	-	36
29/01/2021	31/12/2027	72	14,091	33	5	5	5	6	6	6	-	33
Total					86	55	36	23	13	6	6	219

data de encerramento do período de Vesting, mediante assinatura e entrega pelo beneficiário a Companhia do termo de exercício de opções e pagamento do Preço de Exercício, conforme previsto no Contrato de Outorga, ou serão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização em caso de não exercício no referido prazo. **e. Principais características dos programas** - São elegíveis ao programa, administradores, empregados e demais colaboradores da Companhia, a critério do Conselho de Administração. Em cada programa, o Conselho de Administração indicará, a seu exclusivo critério, dentre os elegíveis, aqueles que poderão se tornar beneficiários bem como as características de eventual outorga de Opções.

Data da outorga/beneficiários

Outorga de opções para pessoal-chave da Administração	Número de ações (em milhares)	Condições de aquisição de direito	Vida contratual da opção
em 27 de janeiro de 2021	255.780	Permanência do colaborador durante o período aquisitivo e atingimento de metas conforme disposto no contrato	6 anos

Total de opções de ações

Ativo	
Resultado com a alienação de participação societária	(14.038)
(iv) Direito de uso – Valor da Baixa por encerramento de contrato de aluguel de imóvel:	41
Ativo Não circulante	31/12/2021
Direito de uso	(2.635)
Passivo Não circulante	2.635

31 COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia possui cobertura de seguros por montantes considerados suficientes para eventuais perdas decorrentes de sinistros, considerando a natureza de suas atividades, os riscos envolvidos nas suas operações. Em 31 de dezembro de 2021, os riscos cobertos e o montante da cobertura segurada, não auditadas, eram compostos por:

Riscos cobertos	Montante da cobertura
Risco Patrimonial	500.000
Responsabilidade Civil Geral	7.000
Responsabilidade Civil Diretores e Administradores (D&O)	100.000

Transportes (território nacional) 400
 Transportes (território internacional) 17.386
 Ações Judiciais e Financeiras Valor estipulado para causa defendida
 Veículos 80% do valor do veículo - Base Tabela Fipe
 Vida em Grupo 18 x salário base

32 TRANSAÇÕES QUE NÃO AFETAM CAIXA

a) Caixa e equivalentes de caixa - A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluída na demonstração dos fluxos de caixa está demonstrada na Nota 3. **b) Informações suplementares** - (i) A incorporação da Vidigal Participações S.A., apresentou itens que não afetaram o caixa, conforme nota explicativa 1.1b e devidamente apresentados abaixo:

Ativo	
Resultado com a alienação de participação societária	(14.038)
(iv) Direito de uso – Valor da Baixa por encerramento de contrato de aluguel de imóvel:	41
Ativo Não circulante	31/12/2021
Direito de uso	(2.635)
Passivo Não circulante	2.635

Diretoria: Patrício Taborda de Figueiredo - Diretor Presidente • **Eron Martins** - Diretor Financeiro e de Relação com Investidores
Morvan dos Santos Ladeira - Diretor Industrial • **Paulo Figueiredo de Paula e Silva** - Diretor Comercial • **Cassio Roberto Dias Brigide** - Diretor

Contador responsável: Luciano de Oliveira Sertório
 Contador - CRC 1SP217461/O-2

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas

Nadir Figueiredo S.A.

Opinião. Examinamos as demonstrações financeiras da Nadir Figueiredo S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Nadir Figueiredo S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos: Demonstrações do Valor Adicionado - A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em

nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras - A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras** - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemen-

te se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 20 de abril de 2022

PricewaterhouseCoopers
 Auditores Independentes Ltda. - CRC 2SP000160/O-5
Geovani da Silveira Fagunde - Contador CRC 1MG051926/O

